


**A FERROVIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO TERRITORIAL  
DO MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA-RS**

**THE RAILWAY AND ITS IMPORTANCE FOR THE TERRITORIAL FORMATION  
OF THE MUNICIPALITY OF RESTINGA SÊCA-RS**

Recebido em: 18/04/22

Aceito em: 29/05/2022

Dilossane Vargas da Silva<sup>1</sup> 

Juliana Diana Friedrich<sup>2</sup> 

**Resumo:** O final do século XIX é considerado um marco na história político-econômica do Brasil em função de grandes interferências geográficas causadas pela implantação das ferrovias no país. Destaca-se, entre elas, a que interligava Porto Alegre e Uruguaiana no Estado do Rio Grande do Sul (RS). Ao longo dessa ferrovia, constituíram-se diversos vilarejos que, com passar do tempo, tiveram subsídios para se emancipar política e administrativamente, ou seja, para se tornarem municípios. O presente artigo tem por objetivo analisar a influência da construção da referida ferrovia no processo de emancipação político-administrativa do município de Restinga Sêca-RS. A metodologia empregada na realização deste estudo foi a de pesquisa bibliográfica a partir de artigos, monografias, teses e dissertações. Como resultado principal, destaca-se que os fatores determinantes para a elevação do vilarejo ao status de município foram o dinamismo e o desenvolvimento proporcionados pela Estação Férrea, fato este que também contribuiu para a definição dos limites geográficos do município.

**Palavras-chave:** Ferrovias; Emancipação Política; Restinga Sêca; Território; Município.

**Abstract:** The end of the 19th century is considered a milestone in the political- economic history of Brazil due to the great geographical interference caused by the implementation of railways in the country. Among them, the one that connected Porto Alegre and Uruguaiana in the State of Rio Grande do Sul (RS) stands out. Along this railway, several villages which were formed, over time, had subsidies to emancipate themselves politically and administratively. In other words, they became cities. This article aims to analyze the influence of the construction of the railway in the process of political-administrative emancipation of Restinga Sêca-RS. The methodology employed in this study was a bibliographic research based on articles, monographs, theses, and dissertations. As a main result, it is highlighted that the determining factor for the elevation of the village to the status of city were the dynamism and development provided by the Railway Station, a fact that also contributed to the definition of the geographical boundaries of the city.

**Keyword:** Railways; Political Emancipation; Restinga Sêca; Territory; City.

## INTRODUÇÃO

A história do desenvolvimento econômico do estado do Rio Grande do Sul, está intrinsecamente ligada ao advento das ferrovias, as quais possibilitaram interligar uma região a outra e, principalmente, escoar as produções agrícolas e minerais até os portos de Porto Alegre

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Humanas y Sociales – UNAM – AR. Professora Formadora do Curso de Licenciatura em Geografia UNIPAMPA/UAB. E-mail: dilossanevargas@unipampa.edu.br

<sup>2</sup> Graduada no Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. E-mail: julianadianafriedrich@gmail.com

e Rio Grande de forma direta. Neste contexto geo-histórico, a ferrovia também impulsionou o desenvolvimento sociocultural do RS, posteriormente, com a chegada de imigrantes ao estado.

Nesse sentido, cabe destacar que os primeiros imigrantes que se estabeleceram na região de Santo Ângelo, hoje município de Agudo, município limítrofe de Restinga Sêca, foram, como sinaliza Oliveira (1983), os alemães. Pelos registros, pode-se afirmar que a chegada desses imigrantes teve início a partir de 1857. A autora destaca ainda que muitas famílias de colonos, como por exemplo, a dos Rohde, a dos Hübner e a dos Richter, estabeleceram-se em São Miguel e que, com o passar dos anos, mais famílias de imigrantes alemães se juntaram às primeiras, já estabelecidas.

Dessa forma, várias cidades do RS tiveram “origem” com o implemento de ferrovias, já que, ao longo das linhas, foram criadas estações férreas para parada, embarque, abastecimento, carga e descarga de passageiros e mercadorias. Assim, pequenos povoados se formaram no entorno das ferrovias, mais precisamente, nos pontos de parada de trem. A construção dessas ferrovias no Estado, que teve início por volta de 1870, foi fundamental para o surgimento, a formação e o reordenamento espacial de inúmeros municípios (IPHAE, 2002), dentre eles, o de Restinga Sêca, o qual possui sua gênese relacionada à implantação da Ferrovia Porto Alegre-Uruguaiana, trecho Cachoeira do Sul-Santa Maria, construída em 1885.

Este estudo, em linhas gerais, apresenta a formação territorial do município de Restinga Sêca (RS). O interesse na origem desta localidade específica emerge do fato de que, ao abordar o tema, é necessário tratar de dois conceitos-chave da área de geografia: o de território (conceito básico que norteia os estudos geográficos) e de identidade.

Ao mesmo tempo que narra a história da Ferrovia, o estudo aborda a história do município, com um recorte temporal que engloba as duas últimas décadas do século XIX. A delimitação deste período deve-se ao fato de que, em 1885, a Estação Férrea foi fundada em um pequeno vilarejo pertencente ao município de Cachoeira do Sul, identificado, à época, como “Caixa D’Água”. Esse nome foi dado em virtude de, naquele trecho, estar localizado um reservatório de água, o qual foi usado para abastecer os trens, até 1959, ano da emancipação político-administrativa do município. Sendo assim, nesta pesquisa, apresenta-se um breve histórico da implantação da Ferrovia no contexto regional, bem como sua importância para o

município de Restinga Sêca nos processos de formação territorial e emancipação político-administrativa<sup>3</sup>.

O presente trabalho foi motivado pela curiosidade das autoras acerca dos processos formativos geográficos do município de Restinga Sêca. Além disso, e principalmente, foi realizado em função dos poucos registros e produções bibliográficas sobre o processo de emancipação política e delimitação territorial do município. Objetiva-se, portanto, oferecer, às futuras gerações, informações e registros para novos estudos, pesquisas e produções científicas sobre o contexto histórico e geopolítico do município de Restinga Sêca e sobre a relevância das ferrovias para a economia local e regional.

A pesquisa sobre a origem do município de Restinga Sêca contempla (e está intimamente ligada) a pesquisa do território e suas interfaces. Nesse sentido, ela se torna imprescindível para que se possa despertar e solidificar a identidade territorial do município. A identidade é conceito fundamental para a constituição, caracterização cultural e social de um território. Segundo HAESBAERT, a identidade territorial relaciona-se diretamente com a identidade social e com a noção de território. Nas palavras do autor:

[...] o território envolve sempre [...] uma dimensão simbólica, cultural por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Já conforme (SOUSA, 2007, p.128-129) a identidade territorial é vista como “[...] resultado do enraizamento de um grupo social nas relações cotidianas balizada por tradições e mudanças no tempo e no espaço”.

Este estudo tem, portanto, a finalidade de trazer à tona a importância da Ferrovia, que, após ter sido implantada na localidade de Restinga Sêca, trouxe o progresso e o desenvolvimento, fatores cruciais na emancipação político-administrativa do município.

Em relação aos procedimentos metodológicos, este trabalho caracteriza-se como pesquisa bibliográfica. A partir desse tipo de estudo, como aponta Gil (2002), procura-se adquirir conhecimento acerca do tema através de materiais já publicados. Conforme destacam

---

<sup>3</sup> Processo em que um distrito deixa de estar subordinado ao município de origem, tornando-se um novo município com total autonomia para eleger seus governantes/ mandatários, bem como, outros processos e serviços pertinentes e de interesse aos municípios (FAVERO, 2004).

(BONI; QUARESMA, 2005, p. 71), a pesquisa bibliográfica “é um apanhado sobre os referenciais teóricos e o tema escolhido” que se tornam relevantes para fornecer uma fundamentação teórica significativa ao estudo que se realiza. Elaborar-se uma base de dados contendo artigos, monografias, teses e dissertações, a fim de dar embasamento teórico para o trabalho.

Com esse intuito, foram levantadas informações bibliográficas junto a órgãos públicos sobre a história do Município e da implantação das ferrovias no Rio Grande do Sul. Dentre os órgãos consultados, destacam-se: a Biblioteca Pública Municipal Padre Gabriel Bolzan e a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Restinga Sêca. Além disso, dados do município foram extraídos do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para compreender os conceitos de território e suas abordagens, foram consultados Raffestin (1993), Andrade (1995), Haesbaert (1997), Santos (1999), Haesbaert; Limonad (2007), Saquet (2007, 2018), dentre outros autores.

Pelo fato de o estudo abordar acontecimentos históricos, a pesquisa bibliográfica é imprescindível. Como destaca (GIL, 2002, p. 45), “a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos”. Vale, no entanto, destacar a escassez de publicações acadêmicas e de material bibliográfico sobre o assunto abordado neste artigo. Destaca-se, dentre as obras consultadas, a da professora Lacy Cabral de Oliveira, intitulada “Evolução Histórica, Política e Administrativa do Município de Restinga Sêca” (1983), desenvolvida em parceria com a administração municipal do município. Além de ser o único registro sobre a temática, poucos são os exemplares ou cópias disponíveis. Este fator também é justificativa determinante para rememorar o assunto, visando, com isso, contribuir para outros estudos sobre o tema.

Nas seções a seguir, o processo que culminou com a emancipação política e administrativa do município de Restinga Sêca será fundamentado.

## **O CONCEITO DE TERRITÓRIO**

Para a realização deste estudo, é necessário, primeiramente, resgatar os diversos conceitos de território, noção muito importante para os estudos geográficos. Dentre os autores selecionados (RAFFESTIN, 1993; ANDRADE, 1995; HAESBAERT, 1997; SANTOS, 1999,

HAESBAERT; LIMONAD, 2007, SAQUET, 2007, 2018)<sup>4</sup>, é possível observar uma série de diferenças na definição do termo. Para Raffestin (1993) território é definido como algo que sucede a noção de espaço e a partir dele que o sujeito manifesta e realiza sua territorialidade. Segundo o autor, o território “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Andrade (1995), por sua vez, entende território como uma porção física da superfície terrestre, delimitada por fronteiras políticas e submetida a um poder estatal. Segundo ele, é no território que se verificam as ações do homem sobre a natureza e também onde se observam as relações econômicas de uma sociedade. Território, nessa abordagem, também é comumente definido como uma área em que o Estado administra, exercendo assim a sua soberania.

Haesbaert (1997) aborda o território de uma perspectiva distinta. Pode-se fazer referência a três visões de territórios segundo este autor. A primeira seria uma visão jurídico-política, a segunda uma visão cultural (ou culturalista) e, por fim, a terceira, uma visão econômica. No que se refere à visão jurídico-política, a relação entre o território e o poder exercido no controle do espaço que ele ocupa é abordado. Já no que toca à visão cultural, a apropriação, diferentemente da perspectiva de território jurídico-política, não se refere à ocupação do espaço físico, mas sim à tomada da identidade e cultura local. Por fim, no que tange à terceira visão, a econômica, o autor destaca a ideia de apropriação material. (HAESBAERT apud SPOSITO, 2004, p.18).

Além desses autores, Santos (1999) refere-se ao termo como “território usado”, ressaltando que é neste “lugar” em que a história do ser humano é plenamente realizada, partindo de sua manifestação de existência. Em outras palavras, o território seria o lugar onde a identidade do sujeito se concretiza. Nas palavras do autor, “O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamentado trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 1999, p. 08).

---

<sup>4</sup> Elegeram-se autores que discutem o conceito de território, suas implicações e fundamentações, as quais vem ao encontro da proposta desta pesquisa.

Para Haesbaert; Limonad (2007), o território é também uma construção histórica que parte dessas relações e apresenta dimensões de apropriação e domínio que envolvem os atores transformadores de um espaço socialmente compartilhado. Assim como Haesbaert (1997), os autores destacam.

[...] o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza); o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação política econômica (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 42).

Outra abordagem relativa à noção de território levada em conta neste estudo é a de Saquet (2007, 2018). Ao explorar a definição do termo, Saquet dedica-se à perspectiva do desenvolvimento local. Segundo o autor, o território, em linhas gerais, é entendido como uma extensão dos sujeitos múltiplos que habitam determinados lugares e se relacionam de forma complexa nesses espaços. Nas palavras do autor: “O território contém essas relações e significa, num primeiro nível, espaço de (in)formação, mobilização, luta e resistência aos agentes do capital, além de objeto de estudos e orientação conceitual na análise e interpretação científica” (SAQUET, 2018, p. 482).

Com base nas definições apresentadas, é possível afirmar que o estudo da formação territorial de uma determinada localidade, além de ser importante do ponto de vista do resgate de sua origem, também tem muita relevância já que a transformação do território muitas vezes remete a conflitos, a relações de poder e, por consequência, à conquista. Nesse sentido, Raffestin (1993) destaca que o conceito de território envolve disputas de poder entre os personagens envolvidos na conquista desse espaço, tornando-se evidente que o surgimento do território resulta das ações sociais para a sua apropriação. Entretanto, outros autores ressaltam que as relações de poder, apesar de serem determinantes, não são necessariamente elemento principal para o surgimento de um território. Como destaca Haesbaert (1997):

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva (HAESBAERT, 1997, p. 41).

O presente estudo fundamenta-se nos conceitos abordados anteriormente. É possível afirmar que Restinga Sêca se estrutura como município por meio de uma construção histórica com interdependência sociedade/território. A mobilização dos moradores do local aliada à representação de pertencimento àquele espaço foi a força propulsora para reivindicar a elevação da categoria de vila à de município.

A implantação da ferrovia e a construção da Estação no povoado, chamado de Caixa D'Água, após a reivindicação de representantes da sociedade na época, foram fatores determinantes para o progresso e desenvolvimento do local. Os dois eventos contribuíram para o atendimento aos critérios necessários para a emancipação político-administrativa de Restinga Sêca, ou seja, para a legalização e o reconhecimento de seu território.

O município de Restinga Sêca está situado na região central do Estado do Rio Grande do Sul, com população de 15.849 habitantes, conforme dados do último Censo (2010), e com área territorial de 968,620Km (IBGE, 2019). Para fins econômicos, turísticos e políticos, Restinga Sêca, juntamente com os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine e Silveira Martins, integra a região chamada de Quarta Colônia de Imigração Italiana do Estado<sup>5</sup>.

A origem do nome do município está conectada à situação geográfica da localidade e pelo fato de haver uma sanga, denominada Passo da Porteira, que, em períodos de chuvas escassas, ficava com pouca água, interrompendo seu curso. Oliveira (1983) destaca que:

A denominação de Restinga Sêca foi inicialmente atribuída à faixa de terras localizada entre os rios Vacacaí Grande e Vacacaí Mirim que formam planícies pantanosas, com exceção de pequena porção onde, mais tarde, foi instalada a sede, que está situada no declive de pequena colina (OLIVEIRA, 1983, p. 36).

Ainda conforme registra a autora, o município originou-se também do processo de doação de sesmarias<sup>6</sup>, como ocorreu com a maioria dos municípios do RS.

---

<sup>5</sup> Consórcio de desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS) – Conselho constituído dos nove prefeitos dos municípios integrantes, instituído no dia 5 de agosto de 1996. A cada dois anos são eleitos o presidente, o vice-presidente e os membros do Conselho de Administração. Segundo o site do Consórcio, a sua missão é conservar o patrimônio natural, preservar o patrimônio cultural dos grupos formadores do território da Quarta Colônia e, sobre estas referências materiais e imateriais, promover o desenvolvimento social e econômico local e regional sobre bases sustentáveis e solidárias.

<sup>6</sup> Foi uma política de concessão de terras, implantada no Brasil pelos portugueses, para assegurar sua colonização. No estado do Rio Grande do Sul, as primeiras doações de sesmarias datam de 1732-33 (LESSA CURTIS, 1964).

## DE VILAREJO À SEDE DO 4º DISTRITO: DINAMISMO SOCIAL E ECONÔMICO

O vilarejo do então município de Restinga Sêca pertencia ao município de Cachoeira do Sul, na época chamado de São João de Cachoeira<sup>7</sup>. Com a queda do Império em 1889, as câmaras de vereadores foram extintas. Em função disto, as comissões administrativas de três membros cederam lugar aos conselheiros municipais e, com a posse do 1º Intendente de Cachoeira, o Senhor Olympio Coelho Leal, em 1892, veio a decisão de que Restinga Sêca se tornaria o 4º Distrito daquela região.

Para a sede do distrito, foi escolhido o povoado de São Miguel. Tal escolha foi justificada pela abrangência de alguns recursos, pelo desenvolvimento da localidade e pela crescente população, uma vez, que vários imigrantes alemães ali haviam se estabelecido. Oliveira (1983) destaca que o progresso era visível em todos os setores em São Miguel. O comércio foi ampliado, fábricas foram montadas e o primeiro salão de festas foi construído. O ensino era coordenado pelos pastores evangélicos, os quais também ministravam aulas. As terras, propícias ao cultivo, o clima e o trabalho dos imigrantes fizeram com que a produção agrícola aumentasse, o que trouxe à tona a necessidade do escoamento do excesso de produção.

Cabe destacar que os imigrantes eram, nas palavras da autora “[...] trabalhadores incansáveis e habilidosos [...]” (OLIVEIRA, 1983, p. 39), e a produção agrícola era bem variada. Os principais produtos cultivados, que despertaram a preocupação de escoamento, eram o fumo, arroz, trigo, feijão, entre outros. Como destacado anteriormente, o comércio interno também foi ampliado. A autora ressalta ainda que, no final do século XIX, houve a instalação de várias casas comerciais as quais dispunham do “[...] mais variado estoque de mercadorias e também realizavam a compra e venda de produtos coloniais.” (OLIVEIRA, 1983, p.41).

Nesse sentido é que a formação e o desenvolvimento econômico do município estão diretamente ligados à Ferrovia. Com a instalação dos equipamentos ferroviários e com a inauguração de um reservatório de água, surge a cidade de Restinga Sêca, lugar que até então, como já mencionado, era conhecido como “Caixa d’Água”. Naquela época, a implementação

---

<sup>7</sup> Convém destacar que São João de Cachoeira foi o quinto município criado no Estado do RS, em 1822 e era inicialmente chamado de Vila Nova de São João da Cachoeira. Os outros quatro municípios, originados pela divisão territorial do estado, eram Rio Grande de São Pedro, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha, criados em 1809. (BARBOSA, 2013).



de um reservatório era de extrema necessidade, pois era ali que os trens eram abastecidos para seguir viagem. A parada de trens era obrigatória para o desembarque passageiros.

No entanto, as mercadorias não podiam desembarcar. Isso somente ocorria nas estações de Jacuí, Estiva ou Arroio do Só. Esse impedimento dificultava muito já que os donos das mercadorias tinham que percorrer um longo e cansativo trajeto. Além disso, após o desembarque do trem, eram utilizados animais de carga ou meios de locomoção que dependiam de tração animal, como, por exemplo, carroças e carretas em estradas praticamente intransitáveis.

Havia necessidade de que algo fosse feito pelos órgãos responsáveis pela ferrovia para facilitar o fluxo de transporte das mercadorias. Nesse processo, destaca-se o papel do Senhor Gonçalves Mostardeiro, comerciante residente do município de Dona Francisca que “[...] em junho de 1898, chefiando uma comissão, dirigiu-se à Santa Maria para gestionar, junto à direção da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, pela construção de uma estação junto à caixa d’água.” (OLIVEIRA, 1983, p. 42).

A comissão obteve sucesso e conseguiu que a estação ferroviária fosse construída, contribuindo assim para a decisão do Senhor Domingos que, em 1899, juntamente com sua esposa, transferiu sua morada para o povoado. A decisão foi justificada em função da facilidade e das oportunidades que a ferrovia proporcionaria. Conforme Oliveira (1983), a família Mostardeiro estabeleceu no local uma hospedaria.

Em pouco tempo, outros pioneiros fixaram-se ali também, fator este que contribuiu, segundo Oliveira (1983), para a instalação de vários estabelecimentos comerciais, pousadas e indústrias, já que a localidade ligava a Estrada de Ferro às colônias de imigrantes, a saber: Dona Francisca, Santo Ângelo (hoje, município de Agudo) e a vila de São Sepé.

A Estação Férrea (cf. imagens 1, 2, 3 e 4) foi o centro que estimulou a economia e, conseqüentemente, a vida de Restinga Sêca em uma época em que os caminhos eram praticamente inexistentes ou, se existiam, quase intransitáveis. Os meios de transporte eram, por sua vez, precários. Nesse sentido, a presença do trem representava, além de modernidade e facilidade, uma verdadeira riqueza. Com esse desenvolvimento, Restinga Sêca foi se tornando o vilarejo mais promissor do município de Cachoeira do Sul, o que foi decisivo para que, em setembro de 1922, a sede do Distrito, que até então era São Miguel, fosse oficialmente transferida para o “povoado” de Restinga Sêca.

## IMAGEM 1 – A ESTAÇÃO FÉRREA DE RESTINGA SÊCA



Fonte: Jornal Integração Regional (2009).

## IMAGEM 2 – ESTAÇÃO FÉRREA DE RESTINGA SÊCA



Fonte: Acervo Documental Fundação Iberê Camargo, Tombo F.1767.

IMAGEM 3 – A ESTAÇÃO FÉRREA DE RESTINGA SÊCA.



Fonte: Prefeitura Municipal de Restinga Sêca.

IMAGEM 4 – A ESTAÇÃO FÉRREA DE RESTINGA SÊCA<sup>8</sup>



Fonte: Prefeitura Municipal de Restinga Sêca.

<sup>8</sup> O prédio recém-terminado da estação de Restinga Sêca, em 1926, visto de um ângulo contrário ao da Imagem 3. Foto do relatório da UFRGS da época (Créditos: Flávio Cavalcanti).

Cumprer salientar que a até então sede do 4º Distrito, São Miguel, continuava prosperando. Segundo Oliveira (1983), os fatores econômicos, aliados ao aumento da população do local, foram essenciais para a instalação de uma agência financeira e de uma casa de saúde na região. Entretanto, apesar deste desenvolvimento, a transferência da sede para Restinga Sêca foi inevitável, fato que reflete a importância da ferrovia e da Estação Férrea no processo de crescimento local e regional da localidade.

## **A EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE RESTINGA SÊCA**

No final da década de 1950, Restinga Sêca era um distrito de destaque, sendo um dos mais desenvolvidos e estáveis de Cachoeira do Sul. Este fato fez crescer, entre os habitantes, a ideia da possibilidade de emancipação, visto que a alta arrecadação do Distrito poderia ser aplicada em benefício próprio. Foi convocada uma reunião com os simpatizantes e apoiadores da emancipação. Como destaca Oliveira (1983):

Foi assim que, aos 23 de março de 1958, na sede do Sport Club Seco, realizou-se uma memorável reunião para tratar da emancipação do 4º Distrito de Cachoeira, ou seja, de Restinga Sêca. A esta reunião estavam presentes importantes personalidades, representantes não só de Cachoeira do Sul, Porto Alegre e Comunas vizinhas, mas os mais destacados filhos de Restinga Sêca (OLIVEIRA, 1983, p. 55).

Após reunião, na qual a votação foi unânime em favor da emancipação, foi criada a comissão e as subcomissões emancipadoras. No entanto, para tratar desse assunto, junto aos poderes públicos, foi necessária a elaboração do Projeto de Emancipação. Este projeto era constituído de estudo e de análise das condições apresentadas no 4º Distrito de Restinga Sêca, abordando aspectos demonstrativos que justificavam a grande possibilidade de desenvolvimento do futuro município. Nas palavras da autora: “[...] este Projeto de Emancipação foi encaminhado à consideração da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 30 de abril de 1958.” (OLIVEIRA, 1983, p.59).

Neste documento estavam discriminados os dados relativos à população, à receita, à possibilidade de desenvolvimento da localidade, à situação do município desfalcado e à iniciativa da população da área emancipanda. O documento foi submetido à Comissão de Constituição e Justiça, Processo sob o nº 268/58, e também ao exame e parecer da Comissão Revisora de Distrito Territorial (IBGE). Sobre o território do Distrito, Oliveira narra que:

O novo Município será constituído de todo o território do Distrito de Restinga Sêca, do Município de Cachoeira do Sul, com a superfície de 788Km<sup>2</sup> e limites constantes na descrição anexa e uma população de 15.107 habitantes, segundo o quadro demonstrativo do Departamento Estadual de Estatística: A receita da área emancipanda será de Cr\$ 1.909.813,40 (OLIVEIRA, 1983, p. 65).

A mesma Comissão ressaltou a sobrevivência do município desfalcado: “Finalmente, [...], o município de Cachoeira do Sul continuará a manter as condições essenciais para a sua sobrevivência, nada assim sofrendo com o desmembramento que se projeta[...] (OLIVEIRA, 1983, p.65).

Apurou-se, assim, que o pedido de emancipação preencheu todas as exigências legais. A mesma conclusão, conforme Oliveira (1983), veio da aprovação do pedido pela Comissão de Constituição e Justiça em 13 de agosto de 1958. A Comissão determinou que, para fins de constituição de um novo município, era necessária a realização de um plebiscito entre eleitores do distrito de Restinga Sêca. Este fato mobilizou intensa campanha da Comissão de Emancipação para que houvesse comparecimento às urnas. O entusiasmo da população foi extraordinário e, no dia 3 de dezembro de 1958, o plebiscito foi realizado. Conforme a autora, do voto de 2418 eleitores, distribuídos em 16 mesas eleitorais, o resultado registrado foi o seguinte: 1661 votos a favor da emancipação; 169 contra à emancipação; 55 votos brancos; 11 votos nulos, totalizando 1889 votos.

A lei nº 3.730, de 25 de março de 1959, que criou o município de Restinga Sêca, foi publicada no Diário Oficial do Estado no dia 30 de março de 1959. O governador responsável pela assinatura da lei foi o Senhor Leonel de Moura Brizola. Com a criação do município, houve a necessidade de escolha dos representantes que deveriam concorrer na eleição dos mandatários do novo município. O primeiro prefeito eleito, em consulta pública realizada no dia 8 de dezembro de 1959, foi o Senhor Eugênio Gentil Müller. A solenidade de instalação do município de Restinga Sêca, assim como a posse dos candidatos eleitos a prefeito, vice-prefeito e vereadores, ocorreu em primeiro de janeiro de 1960.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Restinga Sêca é um município do estado do RS cuja origem e formação territorial remete a fatos históricos envolvendo a distribuição de sesmarias, a questão imigracional, os habitantes desbravadores que se estabeleceram na localidade, entre outras

questões. No entanto, os fatores determinantes para a criação do município foram a construção da estrada de ferro que ligou Porto Alegre a Uruguaiana e, logo após, a implantação da Estação Ferroviária na localidade.

Neste estudo, apurou-se que a construção da ferrovia exerceu influência decisiva na elevação da categoria de vila à categoria de município de Restinga Sêca. Além disso, a construção contribuiu também para o desenvolvimento das localidades interioranas por meio do escoamento da produção e dos meios de transporte. Dessa forma, Restinga Sêca foi um dos municípios desta região que tiveram o seu desenvolvimento atrelado às ferrovias, tendo origem, mais precisamente, após a implantação de uma caixa d'água para o abastecimento de trens.

Cabe ressaltar que a formação do município ocorreu gradativamente, atrelada, em um primeiro momento, à fundação e funcionamento da ferrovia e, mais tarde à chegada de imigrantes. Após a construção da Estação no vilarejo Caixa D'Água, o povoado rapidamente desenvolveu-se, criando subsídios e recursos para se tornar a sede do 4º Distrito do município de Cachoeira do Sul. Vale destacar que, antes disso, a sede anterior era São Miguel, localidade que, apesar de próspera, não conseguiu se manter como sede da região.

Na década de 1950, Restinga Sêca era um dos distritos mais desenvolvidos e estáveis de Cachoeira do Sul, o que provocou, entre os habitantes, o anseio pela emancipação. Isso ocorreu também em função da boa arrecadação do Distrito. Os números expressivos da arrecadação são atribuídos ao desenvolvimento do entorno da Estação Férrea, no qual vários estabelecimentos comerciais estavam situados. Destacam-se, ainda, as pousadas e as várias residências dos desbravadores que foram atraídos pelas oportunidades do distrito e se fixaram ali, contribuindo assim para o desenvolvimento da região.

Portanto, os fatores decisivos para a emancipação político-administrativa do município de Restinga Sêca derivaram do dinamismo e desenvolvimento impulsionados pela construção da Estação Férrea. Tais fatores também foram responsáveis, de certa forma, pela legalização da formação estrutural do território, indicando seus limites e definindo, assim, suas localidades.

O tema aqui desenvolvido constitui uma averiguação inicial que pode ser aprofundada futuramente por pesquisadores das áreas das ciências humanas, geográficas e/ou demais áreas que possam colaborar com a questão do impacto da implantação de ferrovias e dos processos de formação e emancipação política e administrativa de Restinga Sêca ou outras localidades. Além disso, com esta investigação, é possível proporcionar, às futuras gerações, o

conhecimento básico sobre a formação geo-histórica do município e da região, com o objetivo de despertar desde cedo as noções de identidade e pertencimento aos cidadãos de Restinga Sêca.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul**. 4º. ed. Edições Est. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2013.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais**. Em Tese, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

CONDESUS - **Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia**, Disponível em: <<http://condesusquartacolonia.com.br/>>. Acesso em: 6 set. 2021.

DIAS, José Roberto de Souza. **Caminhos de ferro do Rio Grande do Sul: uma contribuição ao estudo da formação histórica do sistema de transportes ferroviários no Brasil meridional**. São Paulo: Editora Rios, 1986.

FAVERO, Edison. **Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios - avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais**. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Construção Civil e Urbana) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.  
HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói, RJ: EdUFF,1997.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização**. Etc, espaço, tempo e crítica. v.1., n. 2 (4). p. 39-52, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA SECRETÁRIA DA CULTURA - IPHAE. **Patrimônio Ferroviário do Rio Grande do Sul: Inventário das estações do Rio Grande do Sul -1874/1959**. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Cidades do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/restinga-seca>>. Acesso em: 24 set. 2020.

LESSA CURTIS, Maria Luiza. **Povoamento do Rio Grande do Sul**. Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, Porto Alegre, 1964.

OLIVEIRA, Lacy Cabral de. **Evolução histórica, política e administrativa do município de Restinga Sêca**. Restinga Seca: Administração Municipal, 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Lei nº 3.730 de 25 de março de 1959**. Disponível em:<<https://www.diariooficial.rs.gov.br/diario?td=DOE&dt=1959-03-30&pg=1>>. Acesso em: 6 set. 2021.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. GEOgraphia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7 -13, 1999.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marco Aurélio. **A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial**. Rev. Bra. Estud. Urbanos Reg. São Paulo, v. 20, n. 3. P. 479-505, 2018.

SOUSA, Adriano Amaro de. **Território e identidade: elementos para a identidade territorial**. Caderno Prudentino de Geografia. v. 1, n. 30, p. 119-132, 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.